

POLÍTICAS E PRÁTICAS INCLUSIVAS: A CULTURA COMO DIREITO

Lilian Menenguci*

RESUMO

As políticas e as práticas na perspectiva inclusiva, tanto no contexto local quanto no âmbito global, são elementos disparadores de reflexões e de produções acerca de sua implantação e implementação, respectivamente. Isso vale para diferentes áreas de conhecimento. No caso desta proposta, que é fruto do recorte atualizado de uma pesquisa apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Acessibilidade Cultural, da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), são pensadas as fragilidades e as potências advindas do campo da Cultura. O objetivo do trabalho é discutir, a partir de agentes culturais, as tarefas e os desafios enfrentados cotidianamente por eles no que se refere às políticas e práticas inclusivas. Para isso, elegemos o cenário capixaba como lugar. A intenção, a partir dessa proposta, foi ampliar e fortalecer a discussão acerca da Acessibilidade como condição para a garantia de direitos na cultura. Do ponto de vista metodológico, o estudo, sustentado em autores como Chauí, contou com a participação de seis agentes culturais. Para a coleta de dados, se utilizou de questionários e visitas técnicas. A análise de dados corrobora para pensar sobre o que tem sido dito e o quanto tem sido feito em nome da inclusão. Os resultados apontam para a necessidade de ampliação do diálogo a respeito do tema tanto quanto destaca a exigência de processos formativos na perspectiva da cultura como direito de todos.

Palavras-chave: Políticas. Práticas. Inclusão. Cultura. Direito.

* Doutora em Educação pela UFES (2012). Mestre em Educação pela UFES (2005). Especialista em Educação UFES 2000 e Psicopedagoga pela Universidade de Vila Velha (1999). Licenciada em Pedagogia, com habilitação em Supervisão Escolar, pela Faculdade de Ciências Aplicadas Sagrado Coração (1996). Professora efetiva da Educação Básica do Município de Vitória (desde 2002). Professora da Rede de Ensino Doctum, (desde 2009). Professora da Faculdade Brasileira, Multivix (desde 2014). Tem experiência na área da Educação, com ênfase em Educação Especial e processos de ensino e aprendizagem na perspectiva inclusiva e formação continuada de professores e profissionais da Educação. Pesquisa a religação de saberes e a razão sensível, a partir de Gregory Bateson e Edgar Morin. Desenvolve projetos na área de Gestão e Produção Cultural e atua como Atriz (DRT 897-02/ES). Autora de diversos livros. E-mail: lilianmenenguci@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo é um recorte da pesquisa intitulada “*Uma coisa de cada vez, mas tudo junto: políticas e práticas inclusivas pelo viés da Acessibilidade Cultural*”, apresentada ao Curso de Pós-Graduação da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que objetivou conhecer as políticas e as práticas inclusivas, em processo de implantação e/ou de implementação, vividas na capital capixaba, a partir da Secretaria Municipal de Cultura.

O texto está organizado em quatro sessões interdependentes: a cidade, sessão na qual é apresentado, brevemente, o panorama da capital capixaba; a secretaria de cultura, um recorte institucional no qual se descreve a organização dessa pasta do executivo municipal; os espaços culturais e a acessibilidade cultural, sessão na qual os dados do estudo e suas análises se mostram; e, por fim, as considerações resultantes da investigação realizada.

2 A CIDADE

Uma das três capitais ilhas do país, o município de Vitória, no Estado do Espírito Santo, possui em seu território mais de 330 mil habitantes, além de uma população flutuante de cerca de 2 milhões de pessoas que circulam na capital capixaba, principalmente, em função da atividade econômica da Região Metropolitana que envolve, além do próprio município, cidades como: Cariacica, Fundão, Guarapari, Viana, Vila Velha e Serra. Segundo o Censo de 2000, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 48.974 moradores de Vitória apresentam algum tipo de deficiência, o que representa cerca de 17% da população da capital.

Vitória, uma das vilas mais antigas do país, fundada em 1551, foi elevada à cidade em 1823. Ficou, por anos, sobrevivendo economicamente das fazendas de café, mas com arrecadação e movimentação abaixo de outros municípios do Estado.

O município, com 40% de seu território coberto por morros e mangue, era pouco atrativo para a agricultura, vindo a se destacar, recentemente, por meio dos serviços e de trocas comerciais marítimas em seus portos, além da existência de indústria.

Concentrando 45,77% do PIB da Região Metropolitana e 29,63% do PIB do Espírito Santo, Vitória foi responsável por 26, 9% do potencial de consumo (IPC), por 27,63% do

número de empregos formais no Espírito Santo e por 44,84% do total de postos de trabalho da Região Metropolitana. Com peso importante nesse processo, o setor de serviços representa 68,8% dos empregos gerados na cidade e 59,9% das empresas constituídas no município do total de 39.700 empreendimentos.

A cidade de Vitória tem 80 bairros distribuídos em nove regiões administrativas. Para auxiliar na administração da cidade, existem mais de 20 conselhos municipais, mecanismos de participação social, funcionando ativamente, com reuniões periódicas e atividades permanentes. A partir deles, a Prefeitura abre espaço para a discussão de assuntos relevantes à administração do município.

3 A SECRETARIA DE CULTURA

Na área da Cultura, que particularmente interessou a este estudo, é importante considerar que a cidade possui uma pasta exclusiva, na composição do organograma do executivo municipal, dedicada ao tema. A Secretaria Municipal de Cultura (Semc) foi criada por meio da Lei nº 3.292, na década de 1985. Entre as suas funções, destacam-se: executar a política de cultura do município; coordenar as atividades de planejamento e organização de programas de formação artística e cultural; planejar e coordenar a implantação, a expansão e a administração de unidades de prestação de serviços culturais bem como executar o Plano Municipal de Cultura de Vitória.

Além disso, a Secretaria é responsável pela condução da política cultural do município de Vitória. Intenta, ainda do ponto de vista da política, garantir e consolidar o seu Sistema Municipal de Cultura (SMC), uma vez que já conta com, pelo menos, quatro elementos que integram o SMC: o Conselho Municipal de Política Cultural de Vitória, (CMPC); o Projeto Cultural Rubem Braga (PCRB), que é a Lei de Incentivo Cultural do Município; o Fundo Municipal de Cultura (FMC) e, por fim, o Plano Municipal de Cultura de Vitória (PMCV).

A Semc, entre outras atribuições, promove o planejamento e fomenta as atividades culturais realizadas na cidade; valoriza as manifestações artísticas e culturais que expressam a diversidade étnica e social de Vitória; preserva e valoriza o patrimônio cultural material e imaterial da capital; promove intercâmbio cultural nos âmbitos regional, nacional e internacional.

Por ser a capital, e também por apresentar, em relação aos outros municípios capixabas, a maior concentração orçamentária em cultura, boa parte das atividades desenvolvidas na cidade acabam sendo experienciadas pelo público da Região Metropolitana da Grande Vitória: Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Viana e Vila Velha e Vitória.

Formada por sete municípios, a Região Metropolitana da Grande Vitória ainda carece de uma política cultural articulada entre essas cidades. Isso, principalmente, por considerar que grande parte das expectativas de produção, circulação e financiamento da atividade artística e da manifestação cultural recai sobre a capital do Espírito Santo.

Nos últimos quatro anos, o que corresponde ao período de 2014-2017, o orçamento da pasta da cultura na capital capixaba chegou ao montante de R\$ 52.769.523,00 incluindo recursos próprios e vinculados, conforme o Plano Plurianual(PPA) correspondente ao mesmo período. Entretanto, a distribuição desses recursos, apesar da existência de chamamentos públicos, editais de seleção e publicação de instruções normativas, especialmente a partir do Fundo Municipal de Cultura, ainda não consegue contemplar todas as linguagens artísticas e áreas culturais que fomentam a economia criativa da cidade – o que, certamente, demanda o fortalecimento de parcerias com os Governos Estadual e Federal, tanto quanto com a iniciativa privada.

A cidade possui 11 espaços culturais edificadas: Casa Porto das Artes Plásticas; Casarão Cerqueira Lima/Biblioteca Pública Municipal Adelpho Poli Monjardim; Centro Cultural Carmélia Maria de Souza; Escola São Vicente de Paulo; Escola Técnica Municipal de Teatro Dança e Música Fafi; Espaço Multiuso Circuito Cultural; Espaço Vitória; Memorial da Paz/Galeria Cônego Maurício Mattos Pereira; Mercado da Capixaba; Museu Capixaba do Negro “Verônica da Pas” (Mucane) e Museu “Manoel dos Passos Lyrio” (Museu do Pescador).

Apesar da quantidade significativa de espaços culturais edificadas, algumas regiões administrativas do município não possuem equipamentos administrados pela Semc. A maior parte das instalações culturais está localizada no Centro Histórico de Vitória. Regiões administrativas como a Continental e Maruípe, por exemplo, não dispõem de equipamentos públicos culturais gerenciados pela Secretaria, o que, de certo, precisa ser considerado para a implementação da Política Cultural de Vitória, via garantia do direito à cultura.

Nesse aspecto, vale considerar, de que modo o direito cultural, considerando particularmente as questões que envolvem as pessoas com deficiência e/ou com mobilidade reduzida, vem se concretizando, pelo viés da Acessibilidade, nos espaços culturais edificados na cidade?

Entendendo que a Acessibilidade, corresponde à “possibilidade e condição de alcance para a utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação” (NBR 9050/2004) à pessoa com deficiência e/ou com mobilidade reduzida, o que dizem e fazem os gerentes e coordenadores desses espaços culturais, em nome da perspectiva inclusiva, da cultura como direito?

4 OS ESPAÇOS CULTURAIS E A ACESSIBILIDADE CULTURAL

Temos o direito a sermos iguais quando a diferença nos inferioriza. Temos o direito a sermos diferentes quando a igualdade nos descaracteriza. As pessoas querem ser iguais, mas querem respeitadas suas diferenças. Ou seja, querem participar, mas querem também que suas diferenças sejam reconhecidas e respeitadas. (SANTOS, 1995).

O direito cultural tem como vértice a Declaração dos Direitos Humanos, de 1948. No Brasil, essa ideia se materializa com a Constituição de 1988 que os coloca na categoria de direitos humanos fundamentais. A proposta de cidadania cultural entende a cultura como direito de todos os cidadãos – o que, evidentemente inclui o público de pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida – e, nesse caso, identifica o Estado como agente da política cultural. Assim, a atuação cultural é concebida como elemento de construção de uma nova cultura política, numa perspectiva transformadora e democrática.

Em seu livro “Acessibilidade em espaços culturais: mediação e comunicação sensorial”, (2015, p.225) Sarraf afirma: “se os espaços culturais brasileiros, em pleno século XXI, depois de quase 200 anos de trajetória, ainda não são preferências de acesso à cultura [...] podemos afirmar que precisam reavaliar sua atuação.”

Para conhecer essa política em ação, se fez necessário o estudo. A pesquisa, de natureza qualitativa, se desenhou em dois momentos: no primeiro momento, a realização de 5 visitas técnicas aos 11 espaços culturais edificados da cidade com o objetivo de observar, particularmente, as condições físicas/arquitetônicas de cada um deles em

relação à Acessibilidade; no segundo momento, a aplicação de 6 questionários, com perguntas abertas, com o objetivo de compreender o que diziam e faziam os gerentes e coordenadores desses espaços, em nome da perspectiva inclusiva, da cultura como direito.

As 5 visitas técnicas foram realizadas no período de uma semana, de segunda à sexta-feira, em companhia da Gerência de Espaços Culturais (GEC) aos 11 espaços culturais edificadas. Durante essa investida em campo, um diário de bordo se constitui instrumento de coleta de dados.

A partir das visitas técnicas e dos registros no diário de bordo, constatou-se que dos 11 espaços culturais, 9 demandam planos de reforma, restauro, modernização e manutenções, essas, inclusive, relacionadas ao cumprimento das proposições de Acessibilidade da Norma Brasileira (NBR) nº 9050, de 2004, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quando do projeto, construção, instalação e adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos às condições de acessibilidade. Isso, de fato, entre outras questões, pode corroborar, e muito, para a construção de práticas inclusivas, especialmente, no campo da cultura. Os outros dois espaços apresentam alguma condição de Acessibilidade, como: rampas de acesso, banheiros adaptados e elevadores.

Esses 9 espaços identificados como não acessíveis, integram os planos de reforma, restauro, modernização e manutenções desenvolvido pela Gerência de Espaços Culturais (GEC) da Secretaria de Cultura, em andamento no ano de 2017, nos quais a Acessibilidade, além de garantida nos projetos arquitetônicos, é uma meta.

Segundo a Norma Brasileira (NBR) nº 9050, de 2004, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), acessível é o espaço, a edificação, o mobiliário, o equipamento urbano ou elemento que possa ser alcançado, acionado, utilizado e vivenciado por qualquer pessoa, inclusive aquela com mobilidade reduzida.

Muito embora essa avaliação/diagnóstico se evidencie a partir do que se pode constatar no âmbito dos espaços culturais edificadas, também interessou compreender a avaliação/diagnóstico que se tem dos programas, projetos, atividades e ações culturais da cidade a partir dos diferentes gerentes e coordenadores.

Com essa intencionalidade, 6 profissionais foram convidados e se apresentaram disponíveis para participar do estudo, na condição de respondentes: 1 Gerente de Espaços Culturais; 1 Coordenador da Biblioteca Pública Municipal Adelpho Poli Monjardim; 1 Gerente da Escola Técnica Municipal de Teatro Dança e Música Fafi; 1 Coordenador do Projeto Cultural Rubem Braga; 1 Gerente de Produção e Difusão Cultural e 1 Assessora Técnica.

Dos 6 profissionais participantes, 4 eram profissionais do regime de cargo comissionado e 2 do regime estatutário. Para a coleta de dados, os participantes preencheram questionários individuais, compostos de questões abertas, que foram aplicados no período de outubro a dezembro de 2016.

Os questionários intentaram conhecer o modo pelo qual a Acessibilidade às pessoas com deficiência e/ou com mobilidade reduzida era garantida pela gerência ou coordenação nas ações realizadas; as medidas, providências tomadas para a garantia da Acessibilidade para esse; a forma com a qual se dava a difusão e distribuição de conteúdos para o público de pessoas com deficiência e/ou com mobilidade reduzida e, por fim, as necessidades inerentes à gerência e à coordenação para o cumprimento da legislação que diz da obrigatoriedade da Acessibilidade, tanto nos espaços culturais edificadas quanto nos projetos, atividades e ações realizadas.

Quando se trata da garantia da Acessibilidade às pessoas com deficiência e/ou com mobilidade reduzida, de modo geral, nenhum dos 6 respondentes conseguiu apresentar, concretamente, que tipo de ações são realizadas para atingir esse fim, estabelecido, inclusive, na meta nº 11 do Plano Municipal de Cultura de Vitória, conforme a Lei nº 8.718 de 2014, que estabelece: “100% dos equipamentos culturais, instituições, projetos, programas, ações e eventos culturais no município com acessibilidade até 2024.”

A gerência da biblioteca, por exemplo, afirmou: “ainda não foi providenciada nenhuma ação que garanta a acessibilidade.” A declaração da gerência da Escola de Teatro Dança e Música Fafi, foi nessa mesma direção: “aqui, na escola, não possuímos equipamentos para garantir a acessibilidade nos andares superiores da escola. Essa, só é garantida quando os eventos acontecem na arena, localizada no térreo da instituição”.

A gerência de Produção e Difusão Cultural declarou que “através de rampas de acesso e da instalação de banheiros químicos adaptados”, se aproxima do cumprimento

da Acessibilidade na realização dos eventos artísticos e culturais. Enquanto isso, a assessoria técnica da Semc registrou: “posso garantir acessibilidade para cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida, desde que a programação desses encontros aconteça em equipamentos públicos que permitam tal ação.”

Do conjunto desses dados, fica, mais uma vez, evidenciada a imediata relação do tema “Acessibilidade” à sua dimensão física e arquitetônica. Isso, de qualquer sorte, não pode ser tomado como sinônimo de práticas inclusivas. Mesmo porque, a Acessibilidade diz respeito, sim, às questões físicas e arquitetônicas. Contudo, não se limita à elas.

Nesse caminho, que considera a Acessibilidade além da sua dimensão física e arquitetônica, a coordenação do Projeto Cultural Rubem Braga anunciou: “incorporaremos o tema da acessibilidade nas próximas instruções normativas do projeto”. Durante as visitas técnicas, foi possível constatar que o item “Plano de Acessibilidade Cultural”, passou a integrar a Instrução Normativa do Projeto Cultural Rubem Braga, sob aprovação, por unanimidade, do Conselho Municipal de Política Cultural de Vitória.

A respeito das medidas, das providências tomadas para que a Acessibilidade se desse, 5 dos nossos 6 participantes se referiram às ações relacionadas à colocação de rampas, elevadores e banheiros em seus espaços culturais como Acessibilidade. Ainda, conforme se lê, persiste a associação dela às condições físicas e arquitetônicas o que, de fato, acentua a necessidade de estudos e aprofundamentos acerca do tema, especialmente na área da Cultura.

Entretanto, a dimensão comunicacional da Acessibilidade não foi esquecida. Uma participante considerou a necessidade de oferecer material com conteúdo em formato acessível para o público que participa de suas oficinas sobre modelagem de projetos para editais de financiamento público.

Nesse caso, a assessora técnica citou a acessibilidade por meio da “Libras, do Sistema Braille, entre outras”. Essa consideração direciona para a necessidade de oferta de produtos culturais em formatos acessíveis, tanto na composição de acervos quanto nas ações e atividades cotidianas desenvolvidas na cidade, pelo viés da Arte e da Cultura.

Os participantes deram pistas do que acontece em suas práticas. A coordenação da Biblioteca, afirmou que existe um acervo em Braille e Áudio-livro. Porém, em função da ausência de equipamento e da falta de espaço físico adequado, o atendimento ao público,

que demanda esse tipo de serviço, fica comprometido. Um paradoxo! O material existe, porém, o público, o mesmo que tem direito à cultura, não tem acesso à ele.

Considerando, ainda, o acesso aos produtos culturais, especialmente com conteúdo em formato acessível, a coordenação do Projeto Cultural Rubem Braga declarou que “buscará meios de apoiar projetos que assegurem a disponibilização de produtos culturais em formatos acessíveis para pessoas com deficiência.”

A gerência de produção, que lida prioritariamente com a promoção de eventos, informou, categoricamente, que “não existe nenhuma ação voltada para a questão que envolve disponibilização de conteúdos em formatos acessíveis”.

Diante da fragilidade em realizar na prática concreta ações que se relacionam com a “Acessibilidade Cultural”, revelada pelos dados coletados, também interessou ao presente estudo compreender as necessidades de cada uma das gerências e coordenações para responder ao que está posto pelo conjunto de marcos legais da cidade, assim como pelo que está estabelecido como meta no Plano Nacional de Cultura, instituído por meio da Lei nº 12.343 de 2010.

Nesse contexto, a gerência da biblioteca traduziu suas necessidades, como: “a construção de uma nova sede ou um espaço adaptado para acomodação do acervo e promoção da acessibilidade ao público de pessoas com deficiência, bem como funcionários treinados para o atendimento desse público.”

Da contribuição desta gerência, um destaque especial para a questão da construção da edificação, do acervo e do treinamento de funcionários. Aqui, além da dimensão da acessibilidade física e comunicacional temos, pela primeira vez, a aparição da acessibilidade atitudinal. De uma visão mais estreita e pontual da questão vamos ampliando para um olhar mais abrangente e relacional acerca do tema e das condições concretas de existência nas quais nossas atuações profissionais e acadêmicas se dão.

Por outro lado, a gerência da Escola Fafi, continuou insistindo na necessidade “do elevador e rebaixamento das soleiras das salas” para garantir a “Acessibilidade” às pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida nas ações que desenvolve. Essa concepção ainda é muito semelhante ao posicionamento da gerência de produção quando informa que suas necessidades, para cumprir com a “Acessibilidade”, em todos os eventos que produz na cidade, se restringem aos objetos e equipamentos, como: “separadores de público, mais rampas de acesso e banheiros mais modernos.”

Entretanto, perguntamo-nos: que outras medidas seriam possíveis, no contexto da Secretaria de Cultura, em direção ao estabelecimento de uma Política de Acessibilidade Cultural?

Mas, uma coisa é proclamar esse direito, outra é desfrutá-lo efetivamente. A linguagem dos direitos tem indubitavelmente uma grande função prática, que é emprestar uma força particular às reivindicações dos movimentos que demandam para si e para os outros a satisfação de novos carecimentos materiais e morais; mas ela se torna enganadora se obscurecer ou ocultar a diferença entre o direito reivindicado e o direito reconhecido e protegido (BOBBIO, 2004, p.9).

Provocada por essa pergunta, e estimulada pela contribuição de Bobbio (2004), que se fortaleceu a partir do movimento desta pesquisa junto aos participantes do estudo, tanto quanto por meio das proposições anunciadas pelas legislações da área, a Secretaria de Cultura de Vitória se debruçou para iniciar o processo de elaboração do seu Plano de Trabalho, com rebatimento no Programa “Vitória é Cultura”, que reúne 11 projetos e atividades. Dentre eles, o “Projeto Acessibilidade Cultural”, que tem como objetivo implantar a política de acessibilidade do município. Nesse sentido, uma das ações desse projeto diz respeito à criação do Núcleo de Estudos, Políticas, Pesquisas e Práticas em Acessibilidade Cultural (NEPAC). Para a instituição desse núcleo, objetivou-se uma composição diversa, plural, a partir da participação de diversos atores.

Segundo Morin (2004, p.54) “a diversidade é uma pluralidade de possibilidades”. E, são as possibilidades, no encaixe da perspectiva inclusiva, que interessam na proposição de políticas e práticas inclusivas garantindo, particularmente, a cultura como direito.

Ainda que essa ação se instaure timidamente, ela já se rebate na sociedade civil que começa a fazer a sua aposta na proposta de composição do núcleo. Exemplo disso foi uma comunicação recebida no correio eletrônico da instituição. Do corpo da mensagem, o seguinte conteúdo:

Quero muito integrar o Núcleo de Estudos, Políticas, Pesquisas e Práticas em Acessibilidade Cultural. Comecei a estudar essa área por conta própria. Ainda sou iniciante e fico animada por ter a oportunidade de estudar mais e ter pessoas para poder trocar experiências. De início, almejava trabalhar na graduação com a acessibilidade cultural, mas ainda não tenho chão de conhecimento para isso. (Fonte: D.N | em contato por e-mail, em 2016).

O entusiasmo da participante, também é nosso. Mesmo porque, estamos em busca de possibilidades que, acreditamos, nascem de processos colaborativos. E que, nessas condições, “o pensamento do novo, da inovação, das probabilidades” (PRIGOGINE, 2003,

p.53), se concretize, tanto nas políticas quanto nas práticas. Um entusiasmo engajado com a proposição, de políticas públicas e práticas culturais que assumam a “Acessibilidade” como fator fundamental para a garantia de direitos.

Estamos todos numa rede que se tece ao tecer. Cada um de nós, com suas singularidades, um fio importante na tessitura de possibilidades capazes de reinventar a si mesmo em práticas que podem ser convergentes e ao mesmo tempo transgressoras. Nossa aposta é que o dito, das políticas públicas, seja feito nas práticas concretas da existência!

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Acessibilidade é condição de possibilidade para a transposição dos entraves que representam as barreiras para a efetiva participação de pessoas nos vários âmbitos da vida social. Logo, ela é imprescindível a todo e qualquer processo de inclusão social. Evidentemente, essa transposição se apresenta em múltiplas dimensões (incluindo aquelas de natureza atitudinal, física, tecnológica, informacional, comunicacional, linguística, pedagógica, cultural dentre outras), que precisam ser levadas em conta para a realização de quaisquer atividades, inclusive, no campo da cultura.

O que se percebeu com este estudo tem relação direta com a necessidade de proposição de uma outra e nova cultura: a cultura da acessibilidade. Apesar da quantidade significativa de marcos legais que versam sobre a garantia de direitos das pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida, à quaisquer que sejam as ações, atividades, projetos, programas e espaços, o que se nota, nesse sentido, ainda, é muito incipiente no campo da cultura.

Fortalecer as políticas e as práticas, especialmente por meio de ações tecidas em rede, é condição fundamental para que o dito seja feito. Em seu livro “*Cidadania Cultural: o direito à Cultura*”, (2006), Chauí traz como cerne a questão do direito à cultura e da emancipação por meio da prática social e política. As pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida, também precisam ter garantido o seu direito de ir às bibliotecas, às casas de espetáculos, aos cinemas, aos centros e espaços culturais, de modo geral, e ter garantida a sua possibilidade de se apropriar desses conteúdos produzidos nesses e para além desses lugares tanto quanto de serem elas os agentes dessas produções.

Pensar a garantia de direitos das pessoas com deficiência e/ou com mobilidade reduzida no campo da cultura ainda é um desafio que precisa ser enfrentado, cotidianamente. Por essa razão, aprofundar os estudos, investir em pesquisas, ampliar os processos formativos de agentes e gestores culturais e compartilhar práticas são caminhos dos quais não se pode prescindir de percorrer e, de preferência, juntos.

INCLUSIVE POLICIES AND PRACTICES: CULTURE AS A RIGHT

ABSTRACT

Policies and practices in an inclusive perspective, both in the local context and at the global level, are triggers for reflections and productions about their implementation and implementation, respectively. This holds true for different areas of knowledge. In the case of this proposal, which is the result of an updated review of a research presented at the Postgraduate Course in Cultural Accessibility, Faculty of Medicine of the Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ), the fragilities and potencies coming from the field of culture. The objective of this work is to discuss, from cultural agents, the tasks and challenges faced daily by them with regard to inclusive policies and practices. For this, we chose the Espírito Santo scenery as a place. The intention, from this proposal, was to broaden and strengthen the discussion about Accessibility as a condition for guaranteeing rights in culture. From the methodological point of view, the study, supported by authors like Chauí, had the participation of six cultural agents. For data collection, questionnaires and technical visits were used. Data analysis corroborates to think about what has been said and how much has been done in the name of inclusion. The results point to the need to broaden the dialogue on the subject as much as it emphasizes the demand for formative processes in the perspective of culture as the right of all.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania Cultural: o direito à Cultura**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2006.

MORIN, André. **Pesquisa-ação integral e sistêmica: uma antropopedagogia renovada**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004b.

PRIGOGINE, I. O fim da certeza. In: CANDIDO MENDES (orgs.). **Representação e complexidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

SANTOS, Boaventura de Souza. (1995). Entrevista com o professor Boaventura de Souza Santos em 24/04/2009. [Disponível na internet: <http://dhi.uem.br/Jurandir/Jurandir-boaven1.htm>]

SARRAF, Viviane Panelli. **Acessibilidade em espaços culturais:** mediação e comunicação sensorial. São Paulo: EDUC:FAPESP, 2015.